

BOLETIM

INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXIV nº 1352 - 11/07/2016 a 17/07/2016

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

AJUSTE FISCAL

PARA EVITAR ROMBO NO ORÇAMENTO



Manifesto

Apoio a
Michel Temer

SENAR-PR

Referência em
Capacitação

www.sistemafaep.org.br

Preocupados com a crise financeira, lideranças empresariais vão à Assembleia



Representantes de entidades do setor produtivo demonstram preocupação com a situação financeira do Estado

Representantes das principais *entidades empresariais do Estado estiveram na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) na terça-feira (5) demonstrando preocupação com a crise financeira que tem afetado os Estados brasileiros. Na reunião no Salão Nobre do Legislativo, a discussão foi a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tramita na Casa, e possíveis adequações ao texto que estabelece as metas fiscais para o próximo exercício. “O que o sistema produtivo quer é que os governos federal e estadual não gastem mais do que arrecadam”, afirmou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

É importante, segundo Ágide, que a sociedade perceba o alerta que o momento exige. “A solução para o Estado é a receita simples da dona de casa que não pode gastar mais do que ganha. A administração é a mesma de uma grande família”. Ainda de acordo com ele, é necessário que o Estado equilibre suas finanças para que possa investir nas obras necessárias e em projetos que permi-

tam o desenvolvimento do setor produtivo que é quem pode gerar empregos e contribuir com o desenvolvimento do Estado.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traino (PSDB), ao lado de 23 parlamentares, ressaltou a iniciativa dos empresários de acompanharem as decisões políticas e promoverem o debate público. “É um fato inédito. Eu estou aqui há 27 anos e é a primeira vez que se promove uma reunião dessa magnitude. O setor produtivo do Paraná, preocupado com a economia do nosso Estado e com o momento crítico da economia brasileira, vem à Casa de Leis para posicionar-se em relação à elaboração da nossa LDO e tomar posições claras em relação às políticas públicas que poderão ser implantadas, a partir da LDO”.

*Entre outras lideranças, também estiveram presentes à reunião no Legislativo representantes do Sinduscon, da Associação Comercial do Paraná, do Movimento Pró-Paraná, da FIEP, do Instituto Democracia e Liberdade (IDL), do Sistema Ocepar, da Faciap e da Alcopar.

Governo deve suspender correção salarial do funcionalismo

O governo do Estado não tem como manter o reajuste do funcionalismo público previsto para janeiro de 2017. A situação deve se agravar com a aprovação do projeto de lei complementar que tramita na Câmara Federal e trata da renegociação da dívida dos Estados. A proposta alonga o prazo para pagamento das dívidas dos Estados e do Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal. Em contrapartida, os Estados terão que cortar gastos, aumentar a contribuição previdenciária de servidores, entre outros. Na última semana a Câmara rejeitou o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto.

No Paraná, a Assembleia Legislativa cancelou o recesso aguardando para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que estabelece as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e pelo regimento interno tem que ser aprovada antes do fim do primeiro período das sessões legislativas. O deputado Elio Rusch (DEM), relator do projeto na Comissão de Orçamento da Casa considerou prudente aguardar a votação pelo Congresso Nacional do Plano de Auxílio aos Estados.

O governo do Estado deve enviar, ainda nos próximos dias, à Assembleia Legislativa o projeto de alteração da LDO que prevê o reajuste salarial dos funcionários públicos para que haja recursos para os serviços e obras essenciais ao Estado. Os benefícios aos servidores causariam um rombo de R\$ 1 bilhão nas contas do Estado.

Hoje a folha salarial do Paraná é de R\$ 1,6 bilhão/mês. Isso representa uma despesa de R\$ 21,7 bilhões no ano (somando os encargos, a despesa sobe para R\$ 28,5 bilhões). Entre ativos, pensionistas e aposentados, são cerca de 280 mil servidores no

quadro do Estado.

Caso conceda o reajuste, o governo do Paraná deverá exceder os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Atualmente, o Estado já compromete 44,28% da Receita Corrente Líquida (RCL) com pessoal.

Se alcançar 46,55% da receita RCL, o Executivo entra no limite prudencial que implica uma série de sanções administração. Caso chegue em 49%, comete uma improbidades administrativa que impede ao Estado receber transferências voluntárias da União.

A despesa com folha é fixa e a arrecadação é variável. Os percentuais de gastos com pessoal são calculados sobre a receita. Ou seja, se a arrecadação cai (como acontece hoje), o percentual da despesa aumenta.

O aumento causaria uma série de restrições ao Estado como concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título o acesso aos empréstimos internacionais que estão em andamento para a execução de obras e serviços essenciais ao Estado.

Num momento em que o país sofre as consequências de uma crise sem precedentes, com 11 milhões de desempregados e o setor produtivo amargando prejuízo em cima de prejuízo, a pergunta é porque a iniciativa privada deve pagar o preço e o funcionário público não? Cadê o exercício da nossa responsabilidade diante da situação que vivemos como país?

Por mais impopular que a pergunta seja, ela tem que ser feita no momento em que é necessário unir esforços para sair do buraco. Façamos um parêntese para lembrar que funcionário público tem vencimentos maiores, estabilidade de emprego e aposentadoria integral enquanto milhares de pais de família estão sem dormir assombrados pelo fantasma do desemprego ou acumulando ati-



Ademar Traiano reconhece a magnitude da ação promovida pelas lideranças empresariais do Estado

vidades para compensar a redução do número de trabalhadores.

O setor produtivo, que é quem gera riquezas, está amargando prejuízos, a inflação batendo a porta, o Produto Interno Bruto (PIB) vem amargando constantes quedas. A economia brasileira registrou o pior resultado dos últimos 25 anos em 2015, retraindo 3,8%.

Os recordes negativos dos índices de referência da economia são resultado de uma política errônea adotada pelo governo federal nos últimos anos que tentou estancar a crise com medidas paliativas e pontuais. Se acrescentado os problemas políticos gerados pela corrupção institucionalizada que está anestesiando o país a tal ponto que já não se abala ao ver a cada dia um novo nome envolvido no esquema de corrupção que está se revelando muito além da Petrobras se tem um panorama geral do imbróglio.

Parece não ter fim o processo de delação premiada, prisões, esquemas fraudulentos que tomaram conta do vocabulário brasileiro. Os valores que vieram a tona nos esquemas de desvio de dinheiro público somados daria para resolver as situações emergenciais do país, sem contar os prejuízos indiretos gerados com a corrupção como perda de credibilidade, queda nos investimentos estrangeiros, desvalorização da moeda e tantos outros.

A corrupção também afeta a efetividade e a qualidade do governo e da administração que são menores quanto maior for a corrupção. Porém, o fato é que o momento é de retração da economia com queda na arrecadação dos Estados e municípios que são afetados muito mais do que o governo federal. Vale ressaltar que se há algumas décadas o governo federal ficava com 40% da arrecadação total do país, hoje esse percentual subiu para 65%. Essa diferença saiu do bolso dos Estados e dos municípios que dividem os 35% restantes para cumprirem seus compromissos que incluem a folha de pagamento de ser-

vidores que leva a maior parte do bolo dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diante desses fatos podemos afirmar que os Estados e municípios estão “quebrados”. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Goiás são alguns dos Estados mais endividados. Se fossem registrados todos, seria difícil relacionar os que estão conseguindo equilibrar suas finanças. Alguns governadores anunciaram cortes em custeio e investimento, além de redução de cargos e secretarias e parcelamento dos salários do funcionalismo. A situação mais crítica é do Rio de Janeiro que decretou estado de calamidade pública e que em função das Olimpíadas tem sua situação mais evidenciada. O Rio Grande do Sul teve suas contas bloqueadas com o calote na União.

Não sobram muitas saídas aos governos estaduais para equilibrar suas contas; ou se eleva tributos para aumentar a receita ou se atrasa os pagamentos ou vai para o famoso calote mesmo. É o caminho de qualquer um que deve mais do que recebe. Ajuste fiscal é o caminho mais difícil, porém aumentar a receita no momento atual é falta de bom senso.

O Paraná ainda se encontra em situação razoável se comparado aos Estados já citados, mas isso não significa que dê para absorver esse déficit. É por isso que as entidades do setor produtivo estão dando apoio ao governo do Estado nessa decisão tão dura, porém necessária. Por entender que não se pode agravar ainda mais a crise. São necessários investimentos importantes para o crescimento do Estado e por mais que austeridade nas contas públicas não resulte em popularidade e que haja uma preocupação de alguns parlamentares com as eleições municipais que estão batendo à porta, há medidas que precisam ser tomadas para que a crise não permaneça por mais tempo do que o necessário.



Para os representantes das entidades medidas precisam ser tomadas para garantir futuros investimentos e o crescimento do Estado

CARTA AOS DEPUTADOS ESTADUAIS

A sociedade brasileira atravessa uma crise sem precedentes. Já são mais de 11 milhões de desempregados. O conjunto dos salários dos que ainda tiveram sorte de manter seus empregos vem diminuindo. O comércio dispensa empregados por falta de movimento e fecha suas portas, com reflexo direto na indústria, que dispensa também.

A arrecadação do setor público despenca e os serviços públicos, que já não eram bons, tornam-se piores por falta de recursos.

Em meio a esse descalabro, apenas os funcionários públicos mantêm suas vantagens, com aumentos periódicos. Ao contrário dos trabalhadores da iniciativa privada, o funcionário público tem garantia de emprego, tem vencimentos maiores e goza de vantagens na aposentadoria integral o que o transforma em privilegiado num momento tão difícil.

Cremos que chegou a hora de o funcionalismo público – e no nosso caso o estadual – dar a sua contribuição, abrindo mão do reajuste salarial para evitar pressão sobre o orçamento do Estado para que haja recursos para os serviços e obras essenciais.

A proposta do Governo do Estado de suspender a correção salarial do funcionalismo público neste momento é correta e justa. O sacrifício tem que ser de todos, empresários, trabalhadores e servidores públicos. A crise precisa ser dividida por todos.

Por esta razão, pedimos a Vossa Excelência que aprove o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo do Estado na parte referente ao reajuste do funcionalismo.

Atenciosamente

Ágide Meneguette
Presidente da FAEP